



Edição n. 4030

Nesta Edição:

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA Atos Normativos	7
Boletins	11
SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS Atos Normativos	1.3
Editais	14
SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS Súmulas de Convênios	15
PROMOTORIAS DE JUSTIÇA Editais	15



Edição n. 4030

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

PROVIMENTO N. 41/2025-PGJ

Altera o Provimento n.º 104/2023 - PGJ, que dispõe sobre as regras e diretrizes do processo de contratação no âmbito do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, fins de compatibilizá-lo com a Instrução Normativa CAGE n.º 03/2024, no que tange à análise e gerenciamento de risco das contratações públicas.

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, ALEXANDRE SIKINOWSKI SALTZ, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o artigo 109, inciso I, da Constituição do Estado e os artigos 4º, § 5º, e 25, inciso XX, da Lei Estadual n.º 7.669, de 17 de junho de 1982,

CONSIDERANDO a necessidade de disciplinar os instrumentos e controles vinculados às contratações, de forma a promover um ambiente íntegro e confiável, fomentar uma cultura ética que tem como objetivo a identificação dos principais riscos que possam comprometer os procedimentos de contratação ou que impeçam o alcance dos resultados pretendidos com as contratações do Ministério Público do Rio Grande do Sul;

CONSIDERANDO que a Instrução Normativa CAGE n.º 3/2024, nos termos dos arts. 4.º e 8.º, regulou o gerenciamento de riscos visando ao sucesso da licitação e da execução contratual no âmbito da Administração Pública Estadual;

RESOLVE, tendo em vista o que consta no PGEA.01402.000.023/2024, editar o seguinte PROVIMENTO:

Art. 1.º Altera o § 1.º do art. 12 do Provimento n.º 104/2023-PGJ, com a seguinte redação:

"Art.12. [...]

"[…]

"§ 1.º Não se aplica a dispensa prevista neste artigo, independentemente do valor, revelando-se obrigatória a exigência de mapa de riscos, para a contratação de fábrica de software, de soluções inovadoras, bem como de consultorias e projetos, exceto projetos de engenharia."

Art. 2.º Este Provimento entra em vigor na data de sua publicação.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 28 de maio de 2025.

ALEXANDRE SIKINOWSKI SALTZ,

Procurador-Geral de Justiça.

Registre-se e publique-se.

GILMAR POSSA MARONEZE, Procurador de Justiça, Secretário-Geral.

PROVIMENTO N. 42/2025-PGJ

Altera o Provimento n.º 72/2009 - PGJ, que regulamenta o Programa de Estágios no âmbito do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul.

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA ALEXANDRE SIKINOWSKI SALTZ, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o artigo 109, inciso I, da Constituição do Estado e os artigos 4º, § 5º, e 25, inciso XX, da Lei Estadual n.º 7.669, de 17 de junho de 1982,

RESOLVE, tendo em vista o que consta no PGEA. 01354.000.034/2025, editar o seguinte PROVIMENTO:

Art. 1.º Acrescenta o inciso IX ao art. 13 do Provimento n.º 72/2009-PGJ, com a seguinte redação:

"Art.13. [...]

"[...]

"IX - participar do Programa de Integração ao Ministério Público, promovido pelo Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional – CEAF, acessando o conteúdo do curso, que deverá ser concluído no prazo de até 30 dias a contar da data de ingresso, por meio de link a ser enviado pela Unidade de Estágios"

Art. 2.º Altera o Anexo XIV do Provimento n.º 72/2009-PGJ, que passa a vigorar nos termos do Anexo Único deste Provimento.





Edição n. 4030

Art. 3.º Este Provimento entra em vigor na data de sua publicação.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 28 de maio de 2025.

ALEXANDRE SIKINOWSKI SALTZ,

Procurador-Geral de Justiça.

Registre-se e publique-se.

GILMAR POSSA MARONEZE. Procurador de Justiça, Secretário-Geral.

ANEXO ÚNICO

DECLARAÇÃO INGRESSO - ESTÁGIO

Eu,	, portador(a) do documento de identidade de n.º	e do CPF de n.º
Justiça do R	DECLARO preencher e estar ciente dos seguintes requisitos exigidos pelo Provimento n.º 72/2009 RS para o ingresso no Programa de Estágios do MPRS:	da Procuradoria-Geral de
	njuge, companheiro(a) ou parente até terceiro grau da chefia ou supervisor do estágio, conforme disposição co rovimento nº 72/2009;	nstante no inciso I do
	r atividades concomitantes em outro ramo do Ministério Público, assim como a advocacia, pública ou privada,	

- áreas, bem como desempenhar função ou estágio no Judiciário ou nos órgãos de segurança pública indicados no art. 144 da Constituição Federal, nos termos dos incisos V do art. 14 e VII do art. 23 do Provimento nº 72/2009;
- Não ser servidor ou empregado público, ativo ou inativo, na hipótese de estágio na modalidade Bolsista (remunerada), conforme disposição constante no inciso VI do art. 14 do Provimento nº 72/2009;
- Participar do Programa de Integração ao Ministério Público, acessando o conteúdo do curso, que deverá ser concluído no prazo de até 30 dias a partir da minha data de ingresso, por meio de link a ser enviado por e-mail pela Unidade de Estágios;
- Garantir a confidencialidade das informações pessoais acessadas durante minhas atividades, conforme as leis de proteção de dados e resoluções vigentes, e não divulgar dados a terceiros não autorizados;
- Reconhecer que possuo o acesso a dados pessoais sensíveis e comprometo-me a tratá-los com boa-fé, respeitando a Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD, sem armazenar cópias em dispositivos pessoais e informando qualquer violação das regras.

DECLARO , ainda, sob as penas da lei, que as informaç	ções aqui prestadas são verdadeiras.
	Local e data

Assinatura do declarante ou do responsável legal caso menor de idade (conforme documento de identificação)

ORDEM DE SERVIÇO N.º 2/2025

Altera a Ordem de Servico n. 3/2023 - SUBADM, que regulamenta o Programa de Residência no âmbito do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul.

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, HERIBERTO ROOS MACIEL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE, tendo em vista o que consta no PGEA.01354.000.034/2025, editar a seguinte ORDEM DE SERVIÇO:

Art. 1º Acrescenta o art. 5º-A à Ordem de Serviço n.º 03/2023-SUBADM, com a seguinte redação:

"Art. 5º-A O Residente deverá participar do Programa de Integração ao Ministério Público, promovido pelo Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional – CEAF, acessando o conteúdo do curso, cuja conclusão observará o prazo de até 30 dias da data do ingresso, por meio de link a ser enviado pela Unidade de Estágios."

Art. 2º Altera o ANEXO IX da Ordem de Serviço n.º 03/2023-SUBADM, que passa a vigorar nos termos do ANEXO ÚNICO desta Ordem de Serviço.





Edição n. 4030

Art. 3º Esta Ordem de Serviço entra em vigor na data de sua publicação.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 30 de maio de 2025.

HERIBERTO ROOS MACIEL,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

Registre-se e publique-se.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES, Diretor-Geral.

ANEXO ÚNICO

DECLARAÇÃO INGRESSO - RESIDÊNCIA

Eu,	, portador(a) do documento de identidade de n.º e do CPF de n.º
	, DECLARO preencher e estar ciente dos seguintes requisitos exigidos pelo Provimento n.º 18/2023 da Procuradoria-Geral de
Justi	ça do RS para o ingresso no Programa de Residência do MPRS:
	ão ser cônjuge, companheiro(a) ou parente até terceiro grau da chefia ou supervisor da residência, conforme disposição constante no inciso VI t. 14 do Provimento nº 18/2023:
Nã áreas	ão exercer atividades concomitantes em outro ramo do Ministério Público, assim como a advocacia, pública ou privada, ou o estágio nessas s, bem como desempenhar função ou estágio no Judiciário ou nos órgãos de segurança pública indicados no art. 144 da Constituição Federal, orme vedação constante no inciso IV do art. 14 do Provimento nº 18/2023;
 Pa 	ão ser servidor ou empregado público, ativo ou inativo, conforme vedação constante no inciso V do art. 14 do Provimento nº 18/2023; articipar do Programa de Integração ao Ministério Público, acessando o conteúdo do curso, que deverá ser concluído no prazo de até 30 dias a · da minha data de ingresso, por meio de link a ser enviado por e-mail pela Unidade de Estágios;

 Garantir a confidencialidade das informações pessoais acessadas durante minhas atividades, conforme as leis de proteção de dados e resoluções vigentes, e não divulgar dados a terceiros não autorizados;

 Reconhecer que possuo o acesso a dados pessoais sensíveis e comprometo-me a tratá-los com boa-fé, respeitando a Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD, sem armazenar cópias em dispositivos pessoais e informando qualquer violação das regras.

DECLARO, ainda, sob as penas da lei, que as informações aqui prestadas são verdadeiras.

Local e data	
Assinatura do(a) decla	

ATO PROVISÓRIO N.º 24/2025 - PGJ

Modifica, de forma provisória, o Ato de Atribuições n. 145/2021 - PGJ, da Promotoria de Justiça de Caxias do Sul, de Entrância Final.

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA ALEXANDRE SIKINOWSKI SALTZ, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 109, inciso I, da Constituição do Estado e o artigo 25, incisos XLV e LII, da Lei Estadual n. 7.669, de 17 de junho de 1982 e,

CONSIDERANDO o previsto no artigo 23, § 3.º, da Lei Estadual n. 7.669, de 17 de junho de 1982, que dispõe sobre a divisão interna, exclusão, inclusão ou outra modificação nas atribuições dos cargos de Promotor de Justiça das Promotorias de Justiça;

CONSIDERANDO o previsto no art. 9.º do Provimento n. 6/2021-PGJ, que dispõe sobre o Ato Provisório;

CONSIDERANDO a necessidade de modificar, por período determinado e em caráter experimental, as atribuições dos cargos de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Caxias do Sul, de Entrância Final;

CONSIDERANDO o parecer da Corregedoria-Geral do Ministério Público, expedido nos autos do PGEA 00983.000.920/2025;

RESOLVE editar o seguinte ATO PROVISÓRIO:

Art. 1.º As atribuições dos cargos de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Caxias do Sul, de Entrância Final, fixadas no Ato de Atribuições n. 145/2021 - PGJ são modificadas, de forma provisória, nos seguintes termos:

PROMOTOR DE JUSTIÇA DA CONTRA A MULHER DE CAXIAS		ÇA ESPECIALIZADA D	DE COMBATE À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E	FAMILIAR
Judicial				
Unidade Jurisdicional	Competência	Classe/Assunto	Especificidade	Rateio
Juízo do Juizado da Violência Doméstica da Comarca de Caxias do Sul				25,%





Extrajudicial				
Área	Matéria	Classe/Assunto	Especificidade	Rateio
Criminal	Controle Externo da Atividade Policial			Pro rata
Criminal	Crimes cometidos com Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher			25,%
Especializada	Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher			25,%
1º PROMOTOR DE JUSTIÇA DA	PROMOTORIA DE JUSTIÇA	CRIMINAL DE CAXIA	S DO SUL	
Judicial	a	lo. /* /	l= .c	In
Unidade Jurisdicional	Competência	Classe/Assunto	Especificidade	Rateio
1º Juízo da 1ª Vara Criminal da Comarca de Caxias do Sul	Tribunal do Júri			2/3
Extrajudicial	BA - 4 5 - 1 -	01	le	Dataia
Área		Classe/Assunto	Especificidade	Rateio
Criminal	Controle Externo da Atividade Policial			Pro rata
Criminal	Crimes Dolosos Contra a Vida			Pro rata
2º PROMOTOR DE JUSTIÇA DA I	PROMOTORIA DE JUSTIÇA	CRIMINAL DE CAXIA	S DO SUL	
Judicial				
	Competência	Classe/Assunto	Especificidade	Rateio
Juízo da 2ª Vara Criminal da Comarca de Caxias do Sul				1/2
Extrajudicial				
Área		Classe/Assunto	Especificidade	Rateio
Criminal	Controle Externo da Atividade Policial			Pro rata
li riminal	Crimes da Legislação Especial Penal			Pro rata
	Crimes de Organizações Criminosas e de Lavagem de Dinheiro			Pro rata
Criminal	Crimes do Código Penal			Pro rata
3º PROMOTOR DE JUSTIÇA DA	PROMOTORIA DE JUSTIÇA	CRIMINAL DE CAXIA	S DO SUL	
Judicial	lo	lo.	le	D
	Competência	Classe/Assunto	Especificidade	Rateio
Juízo da 3ª Vara Criminal da Comarca de Caxias do Sul				1/2
Extrajudicial		la	I=	I
Área		Classe/Assunto	Especificidade	Rateio
Criminal	Controle Externo da Atividade Policial			Pro rata
	Crimes da Legislação Especial Penal			Pro rata
Criminal	Crimes de Organizações Criminosas e de Lavagem de Dinheiro			Pro rata
Criminal	Crimes do Código Penal			Pro rata
4º PROMOTOR DE JUSTIÇA DA	PROMOTORIA DE JUSTICA	CRIMINAL DE CAXIA	S DO SUL	-
Judicial	3			
	Competência	Classe/Assunto	Especificidade	Rateio
2º Juízo da 1ª Vara Criminal da Comarca de Caxias do Sul				2/3
Extrajudicial			1	ı
	Matéria	Classe/Assunto	Especificidade	Rateio
Criminal	Controle Externo da Atividade Policial			Pro rata





6º PROMOTOR DE JUSTIÇA DA	PROMOTORIA DE JUSTIÇA	CRIMINAL DE CAXIA	S DO SUL	
Judicial			<u></u>	
Unidade Jurisdicional	Competência	Classe/Assunto	Especificidade	Rateio
Juízo da 3ª Vara Criminal da Comarca de Caxias do Sul				1/2
Extrajudicial	T	T		•
Área	Matéria	Classe/Assunto	Especificidade	Rateio
Criminal	Controle Externo da Atividade Policial			Pro rata
Criminal	Crimes da Legislação Especial Penal			Pro rata
Criminal	Crimes de Organizações Criminosas e de Lavagem de Dinheiro			Pro rata
Criminal	Crimes do Código Penal			Pro rata
7º PROMOTOR DE JUSTIÇA DA	PROMOTORIA DE JUSTICA	CRIMINAL DE CAXIA	S DO SUL	
Judicial				
Unidade Jurisdicional	Competência	Classe/Assunto	Especificidade	Rateio
Juízo da 2ª Vara Criminal da Comarca de Caxias do Sul				1/2
Extrajudicial				
Área	Matéria	Classe/Assunto	Especificidade	Rateio
Criminal	Controle Externo da Atividade Policial			Pro rata
Criminal	Crimes da Legislação Especial Penal			Pro rata
Criminal	Crimes de Organizações Criminosas e de Lavagem de Dinheiro			Pro rata
Criminal	Crimes do Código Penal			Pro rata
8º PROMOTOR DE JUSTIÇA DA	PROMOTORIA DE JUSTICA	CRIMINAL DE CAXIA	S DO SUL	
Judicial				
Unidade Jurisdicional	Competência	Classe/Assunto	Especificidade	Rateio
Juízo da 1ª Vara de Execução Criminal Regional da Comarca de Caxias do Sul				
Extrajudicial				
Área	Matéria	Classe/Assunto	Especificidade	Rateio
Criminal	Controle Externo da Atividade Policial			Pro rata
Criminal	Execução Penal		Fuerware David At 7 D 1 1750 C 1	Pro rata
Criminal	Execução Penal		Execução Penal - Atuação Regional: VEC Caxias do Sul (Bento Gonçalves, Canela, Caxias do Sul, Guaporé, Nova Prata, São Francisco de Paula e Vacaria).	Pro rata
9º PROMOTOR DE JUSTIÇA DA PRO	MOTORIA DE JUSTIÇA CRIMINA	AL DE CAXIAS DO SUL		
Judicial				
Unidade Jurisdicional	Competência	Classe/Assunto	Especificidade	Rateio
Juízo da 4ª Vara Criminal da Comarca de Caxias do Sul				1/2
Extrajudicial	Matária	Classe/A	Formaticidade	Dete:-
Area	Matéria Controle Externo da Atividade	Classe/Assunto	Especificidade	Rateio
Criminal	Policial			Pro rata
Criminal	Crimes da Legislação Especial Penal			Pro rata
Criminal	Crimes de Organizações Criminosas e de Lavagem de Dinheiro			Pro rata
Criminal	Crimes do Código Penal			Pro rata
10º PROMOTOR DE JUSTIÇA DA	PROMOTORIA DE ILISTIC	A CRIMINAL DE CAYL	AS DO SUI	
Judicial	T. KOMOTOKIA DE JUSTIÇ	A SIMILITAL DE CANI	NO DO GOL	
Unidade Jurisdicional	Competência	Classe/Assunto	Especificidade	Rateio
		ooo,, 100uinto		1





Juízo da 5ª Vara Criminal da				1/2
Comarca de Caxias do Sul				
Extrajudicial	B# - 4 5 vi -	Classe/Assumts	Formalifieldada	D-4-i-
Area	Matéria	Classe/Assunto	Especificidade	Rateio
Criminal	Controle Externo da Atividade Policial			Pro rata
Criminal	Crimes da Legislação Especial Penal			Pro rata
Criminal	Crimes de Organizações Criminosas e de Lavagem de Dinheiro			Pro rata
Criminal	Crimes do Código Penal			Pro rata
1º PROMOTOR DE JUSTIÇA DA	PROMOTORIA DE JUSTIÇA	CÍVEL DE CAXIAS DO	O SUL	
Judicial				
Unidade Jurisdicional	Competência	Classe/Assunto	Especificidade	Rateio
1º Juízo da 1ª Vara Cível da Comarca de Caxias do Sul				
1º Juízo da 5ª Vara Cível da Comarca de Caxias do Sul				
1º Juízo da 6ª Vara Cível da Comarca de Caxias do Sul				
2º Juízo da 1ª Vara Cível da Comarca de Caxias do Sul				
2º Juízo da 6ª Vara Cível da Comarca de Caxias do Sul				
Juízo da 2ª Vara Cível				
(Especializada em Fazenda Pública) da Comarca de Caxias do Sul				Dígitos finais 1, 3, 5, 7, 9
Juízo da Vara da Direção do Foro da Comarca de Caxias do Sul				Dígitos finais 1, 3, 5, 7, 9
Juízo da Vara Regional Empresarial da Comarca de Caxias do Sul				Dígitos finais 1, 3, 5, 7, 9
Juízo do Juizado Especial da Fazenda Pública da Comarca de Caxias do Sul				Dígitos finais 1, 3, 5, 7, 9
Unidades Jurisdicionais da Comarca		Crimes Falimentares		Pro rata
Extrajudicial				
Área	Matéria	Classe/Assunto	Especificidade	Rateio
Criminal	Crimes da Legislação Especial Penal	Crimes Falimentares		Pro rata
Cível	Acidentes do Trabalho com Projeção Coletiva			Pro rata
Cível	Falência e Recuperação de Empresas			Pro rata
Cível	Fazenda Pública			Pro rata
Cível	Interesse de Incapaz			Pro rata
Cível	Interesse Público ou Social			Pro rata
Cível	Registros Públicos			Pro rata
2º PROMOTOR DE JUSTICA DA		CÍVEL DE CAVIAS D	2 8111	
Judicial	I KOMOTOKIA DE JUSTIÇA	CIVEL DE CAVIAS DO	J 30L	
	Campatânaia	Classe/Assumts	Consciliated	Dataia
Unidade Jurisdicional 1º Juízo da 3ª Vara Cível da	Competência	Classe/Assunto	Especificidade	Rateio
Comarca de Caxias do Sul				
1º Juízo da 4ª Vara Cível da Comarca de Caxias do Sul				
2º Juízo da 3ª Vara Cível da Comarca de Caxias do Sul				
2º Juízo da 4ª Vara Cível da Comarca de Caxias do Sul				





1	1		<u> </u>	1
2º Juízo da 5ª Vara Cível da				
Comarca de Caxias do Sul				
Juízo da 2ª Vara Cíve (Especializada em Fazenda				Dígitos
(Especializada em Fazenda Pública) da Comarca de Caxias				finais 2, 4,
do Sul				6, 8, 0
Juízo da Vara da Direção do Ford				Dígitos finais 2, 4,
da Comarca de Caxias do Sul				6, 8, 0
Juízo da Vara Regiona				Dígitos
Empresarial da Comarca de				finais 2, 4,
Caxias do Sul				6, 8, 0
Juízo do Juizado Especial da				Dígitos
Fazenda Pública da Comarca de				finais 2, 4,
Caxias do Sul				6, 8, 0
Unidades Jurisdicionais da Comarca		Crimes Falimentares		Pro rata
Extrajudicial				l
Área	Matéria	Classe/Assunto	Especificidade	Rateio
Criminal	Crimes da Legislação Especial Penal	Crimes Falimentares		Pro rata
Cível	Acidentes do Trabalho com			Pro rata
Civei	Projeção Coletiva			Più fala
Cível	Falência e Recuperação de Empresas			Pro rata
Cível	Fazenda Pública			Pro rata
Cível	Interesse de Incapaz			Pro rata
Cível	Interesse Público ou Social			Pro rata
Cível	Registros Públicos			Pro rata
		CÍVEL DE CAVIAC D		1 10 1444
4º PROMOTOR DE JUSTIÇA DA Judicial	PROMOTORIA DE JUSTIÇA	CIVEL DE CAXIAS DO	7 30L	
Unidade Jurisdicional	Competência	Classe/Assunto	Especificidade	Rateio
Juízo da 1ª Vara de Família e		Ciasse/Assumo	Especificidade	Kaleio
Sucessões da Comarca de				
Caxias do Sul				
Juízo da Vara da Direção do Ford		Investigação de		4/0
da Comarca de Caxias do Sul		Paternidade		1/3
Extrajudicial				
Área	Matéria	Classe/Assunto	Especificidade	Rateio
Cível	Família e Sucessões			Pro rata
5º PROMOTOR DE JUSTIÇA DA	PROMOTORIA DE JUSTIÇA	CÍVEL DE CAXIAS DO	O SUL	
Judicial				
Unidade Jurisdicional	Competência	Classe/Assunto	Especificidade	Rateio
Juízo da 2ª Vara de Família e	-			
Sucessões da Comarca de				
Caxias do Sul				
Juízo da Vara da Direção do Foro da Comarca de Caxias do Sul		Investigação de Paternidade		1/3
Extrajudicial		ratemidade		
Área	Matéria	Classe/Assunto	Especificidade	Rateio
	Família e Sucessões	Ciasse/Assumo	Especificidade	Pro rata
Cível				FIU Iala
4º PROMOTOR DE JUSTIÇA DA Judicial	PROMOTORIA DE JUSTIÇA	ESPECIALIZADA DE	CAXIAS DO SUL	
Unidade Jurisdicional	Competência	Classe/Assunto	Especificidade	Rateio
Juízo da Vara do Juizado	•	Oidooc/Aoouill0	Lapoomoidade	ιλαισιο
Regional da Infância e Juventude		Cível e Proteção		
da Comarca de Caxias do Sul				
Extrajudicial	1	1	1	1
Área	Matéria	Classe/Assunto	Especificidade	Rateio
Especializada				1
LSpecializada	Criança e Adolescente	Cível e Proteção		
'	Criança e Adolescente		CAYIAS DO SUI	
5º PROMOTOR DE JUSTIÇA DA Judicial	Criança e Adolescente		CAXIAS DO SUL	





Edição n. 4030

Unidade Jurisdicional	Competência	Classe/Assunto	Especificidade	Rateio
Unidades Jurisdicionais da			Autor - MP - Matérias Extrajudiciais do Cargo.	
Comarca			Autor - Ivii - Iviaterias Extrajudiciais do Cargo.	
Extrajudicial				
Área	Matéria	Classe/Assunto	Especificidade	Rateio
Criminal	Crimes da Legislação Especial Penal	Crimes contra portadores de deficiência		
Especializada	Ordem Jurídica e Interesses Sociais e Individuais Indisponíveis			
Especializada	Pessoas com Deficiência			
Especializada	Saúde Pública			
6º PROMOTOR DE JUSTIÇA DA	PROMOTORIA DE JUSTIÇA	ESPECIALIZADA DE	CAXIAS DO SUL	
Judicial	,			
Unidade Jurisdicional	Competência	Classe/Assunto	Especificidade	Rateio
Unidades Jurisdicionais da Comarca			Autor - MP - Matérias Extrajudiciais do Cargo.	
Extrajudicial				
Área	Matéria	Classe/Assunto	Especificidade	Rateio
Especializada	Fundações			
Especializada	Improbidade Administrativa			
Especializada	Patrimônio Público			

Art. 2.º Altera o art. 3.º do Ato Provisório n.º 9/2025-PGJ, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3.º Este Ato Provisório entra em vigor a contar de 7/4/2025, com vigência até 31/5/2025."

Art. 3.º Este Ato Provisório entra em vigor a contar de 1.º/6/2025, com vigência até 31/5/2026.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 29 de maio de 2025.

ALEXANDRE SIKINOWSKI SALTZ,

Procurador-Geral de Justiça.

Registre-se e publique-se.

GILMAR POSSA MARONEZE, Procurador de Justiça, Secretário-Geral

ATO TEMPORÁRIO N.º 21/2025 - PGJ

Modifica, de forma temporária, atribuições no cargo de Promotor de Justiça Substituto de Entrância Final - 56, para atuação na Promotoria de Justiça de Caxias do Sul, de Entrância Final.

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA ALEXANDRE SIKINOWSKI SALTZ, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 109, inciso I, da Constituição do Estado e o artigo 25, incisos XLV e LII, da Lei Estadual n. 7.669, de 17 de junho de 1982 e,

CONSIDERANDO o previsto no artigo 23, § 14, da Lei Estadual n. 7.669, de 17 de junho de 1982, que dispõe sobre as designações dos cargos de Promotor de Justiça Substituto de entrância e as suas atribuições;

CONSIDERANDO o previsto no art. 10 do Provimento n. 6/2021 - PGJ, que dispõe sobre o Ato Temporário;

CONSIDERANDO a necessidade de fixar, por período determinado e em caráter excepcional, as atribuições do cargo de Promotor de Justiça Substituto de Entrância Final, em auxílio a cargos numerados de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Caxias do Sul, de Entrância Final.

CONSIDERANDO o parecer da Corregedoria-Geral do Ministério Público, expedido nos autos do PGEA 00983.000.921/2025;

RESOLVE editar o seguinte **ATO TEMPORÁRIO**:

Art. 1.º Fixa, de forma temporária, atribuições no cargo de Promotor de Justiça Substituto de Entrância Final - 56, em auxílio aos cargos de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Caxias do Sul, de Entrância Final, nos seguintes termos:

PROM	PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO DE ENTRÂNCIA FINAL - 56							
Judicia	al							
Unidad	de Jur	isdicional			Competência	Classe/Assunto	Especificidade	Rateio
Juízo	do	Juizado	da	Violência				25,%





Edição n. 4030

Doméstica da Comarca de Caxias do Sul				
Unidades Jurisdicionais da Comarca			Autor - MP - Matérias Extrajudiciais do Cargo.	
Extrajudicial		•	•	
Área	Matéria	Classe/Assunto	Especificidade	Rateio
Criminal	Crimes cometidos com Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher			25,%
Criminal	ii fimes da i edisiacao Especial Penal	Crimes Previstos no Estatuto do Idoso		
Especializada	Direitos Constitucionais			
Especializada	Idoso			
Especializada	Torcedor e Grandes Eventos			
Especializada	Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher			25,%

Art. 2.º Altera o art. 2.º do Ato Temporário n.º 9/2025-PGJ, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2.º Este Ato Temporário entra em vigor a contar de 7/4/2025, com vigência até 31/5/2025."

Art. 3.º Este Ato Temporário entra em vigor a contar de 1.º/6/2025, com vigência até 31/5/2026.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 29 de maio de 2025.

ALEXANDRE SIKINOWSKI SALTZ,

Procurador-Geral de Justiça.

Registre-se e publique-se.

GILMAR POSSA MARONEZE, Procurador de Justiça, Secretário-Geral

ATO N. 31/2025 - PGJ

Prorroga a vigência do Ato Temporário n. 17/2024-PGJ, que fixou, e forma temporária, as atribuições aos cargos de Promotor de Justiça Substituto de Entrância Intermediária - 30, para atuação na Promotoria de Justiça de Cruz Alta, de Entrância Intermediária.

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA ALEXANDRE SIKINOWSKI SALTZ, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 109, inciso I, da Constituição do Estado e o artigo 25, incisos XLV e LII, da Lei Estadual n. 7.669, de 17 de junho de 1982 e,

CONSIDERANDO o disposto no § 3.º do artigo 10 do Provimento n. 06/2021-PGJ;

CONSIDERANDO o parecer da Corregedoria-Geral do Ministério Público, expedido nos autos do PGEA 00983.001.677/2024;

RESOLVE editar o seguinte ATO:

Art. 1.º Altera o art. 3.º do Ato Temporário n. 17/2024-PGJ, para fazer constar a prorrogação da sua vigência, nos seguintes termos:

"Art. 3.º Este Ato Temporário entra em vigor a contar de 12/12/2024, com vigência, em virtude de prorrogação, até 11/12/2025."

Art. 2.º Este Ato entra em vigor a contar de sua publicação.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 27 de maio de 2025.

ALEXANDRE SIKINOWSKI SALTZ,

Procurador-Geral de Justiça.

Registre-se e publique-se.

GILMAR POSSA MARONEZE, Procurador de Justiça, Secretário-Geral.





Edição n. 4030

ATO N. 32/2025 - PGJ

Prorroga a vigência do Ato Provisório n. 2/2025-PGJ, que modificou, de forma provisória, o Ato de Atribuições n. 180/2021 - PGJ, da Promotoria de Justiça de Vacaria, de Entrância Intermediária.

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA ALEXANDRE SIKINOWSKI SALTZ, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 109, inciso I, da Constituição do Estado e o artigo 25, incisos XLV e LII, da Lei Estadual n. 7.669, de 17 de junho de 1982 e,

CONSIDERANDO o disposto no § 3.º do artigo 9.º do Provimento n. 06/2021-PGJ;

CONSIDERANDO o parecer da Corregedoria-Geral do Ministério Público, expedido nos autos do PGEA o 00983.001.609/2024;

RESOLVE editar o seguinte ATO:

Art. 1.º Altera o art. 3.º do Ato Provisório n. 2/2025-PGJ, para fazer constar a prorrogação da sua vigência, nos seguintes termos:

"Art. 3.º Este Ato Provisório entra em vigor a contar de 28/8/2024, com vigência, em virtude de prorrogação, até 27/11/2025"

Art. 2.º Este Ato entra em vigor a contar de sua publicação.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 28 de maio de 2025.

ALEXANDRE SIKINOWSKI SALTZ,

Procurador-Geral de Justiça.

Registre-se e publique-se.

GILMAR POSSA MARONEZE, Procurador de Justiça, Secretário-Geral.

BOLETIM N. 184/2025

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA ALEXANDRE SIKINOWSKI SALTZ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE: DESIGNAR

- os abaixo relacionados para as funções de Coordenação-Geral da Equipe, Auxiliar de Coordenação e Serviços Auxiliares na realização das provas dos concursos públicos para os cargos de Analista do Ministério Público – Especialidade: Direito; Serviço Social; Engenharia de Segurança do Trabalho; Engenharia Civil; Biologia; Contabilidade; e Informática – e de Técnico do Ministério Público – Especialidade Informática, do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo da Procuradoria-Geral de Justiça – Serviços Auxiliares do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul (Editais Nº 009 e 010/2025-SUBADM): Coordenação-Geral: DR. HERIBERTO ROOS MACIEL – 3425312; DR. JOÃO CLÁUDIO PIZZATO SIDOU – 3465934; ANA CARLA DECZKA MORSCH – 3429075; ANELISE OLIVEIRA GONÇALVES – 3441148; CHARLES MASIERO – 3436926; JAQUELINE FERREIRA DE LIMA – 3429946; KAREN OLSON MELO BLANCO – 3436217; LEONARDO LOCATELI ROSA – 3444597; LÍVIA MORATINEWSKI DREHER - 3438104; SAMANTHA HOFMEISTER NASIF – 3442071; UMBERTO GUARISE SILVA – 3544443; ZILÁ FERRAZ DE MORAES – 3445879; Auxiliar de Coordenação: ANELISE VOLKWEIS – 3429040; ARLI DE OLIVEIRA RUBIM – 3443752; DENISE DINIZ DE CASTRO – 3447871; Serviços Auxiliares: EMERSON LUIS DORNELLES GIL – 5047285; GEVERSON APARICIO FERRARI – 2427982; RENATA ROLIANO ANTUNES – 5083648 (Port. 120/2025/GABPGJ).

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 30 de maio de 2025.

RAQUEL ISOTTON

Promotora de Justiça, Chefe de Gabinete

BOLETIM N. 40/2025/AL

De ordem, ficam cientificados os interessados, na forma do § 3.º do art. 22 do Provimento n. 71/2017, do **ARQUIVAMENTO** dos seguintes expedientes:

DP/PGEA	EXPEDIENTE	INTERESSADOS	PROMOTORIA
01140.000.317/2025	PAI.01546.000.316/2024	CLERES VENTURA BRITES	PJ REGIONAL DE URUGUAIANA



01802.000.512/2025	NF.01802.000.375/2025	EM GERAL	PJ DE NOVA PRATA
01888.000.207/2025	PPE.01888.000.461/2024	EM GERAL	PJ DE SÃO VICENTE DO SUL
00777.000.350/2025	NF.01766.000.399/2025	EM GERAL	PJ DE GAURAMA
00938.000.108/2025	NF.01726.000.190/2025	EM GERAL	PJ DE BUTIÁ
00783.001.723/2025	NF.01597.001.079/2025	EM GERAL	PJ ESPECIALIZADA DE GRAVATAÍ
00711.000.442/2025	IC.01600.000.130/2024	EM GERAL	PJ ESPECIALIZADA DE ALEGRETE
00824.002.929/2025	NF.01520.001.140/2025	SIGNATÁRIOS DE ABAIXO-ASSINADO	PJ ESPECIALIZADA DE PELOTAS
01629.000.513/2025	IC.01202.000.113/2021	EM GERAL	PJ DE HABITAÇÃO E DEFESA DA ORDEM URBANÍSTICA
00783.001.738/2025	NF.01597.001.089/2025	EM GERAL	PJ ESPECIALIZADA DE GRAVATAÍ
00912.000.109/2025	NF.01902.000.228/2025	MARLISE MARIA DA ROSA	PJ DE TAQUARI
00783.001.740/2025	NF.01597.001.083/2025	EM GERAL	PJ ESPECIALIZADA DE GRAVATAÍ
00808.000.819/2025	NF.01610.000.475/2025 NF.01610.003.643/2024	EM GERAL	PJ DE MONTENEGRO
00808.000.818/2025	NF.01610.000.922/2025 NF.01610.000.790/2025 NF.01610.003.106/2024 NF.01610.000.372/2025 NF.01610.000.962/2025	EM GERAL	PJ DE MONTENEGRO
01904.000.277/2025	NF.01904.000.093/2025	EM GERAL	PJ DE TENENTE PORTELA
00712.001.025/2025	NF.01600.000.044/2025	SEZEFREDO BAIRROS GOMES	PJ CÍVEL DE ALEGRETE





Edição n. 4030

01642.000.425/2025	PP.01642.001.291/2024	EM GERAL	PJ DE CANELA
00777.000.375/2025	NF.01766.000.284/2025 NF.01766.000.356/2025 NF.01766.000.361/2025	EM GERAL	PJ DE GAURAMA
00777.000.379/2025	NF.01766.000.286/2025	EM GERAL	PJ DE GAURAMA

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 26 de maio de 2025.

RAQUEL ISOTTON.

Promotora de Justiça, Chefe de Gabinete.

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

PORTARIA N.º 1778/2025/SUBADM

- O DIRETOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, Roberval da Silveira Marques, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE publicar este extrato, para, nos seguintes termos:
- A. Determinar, com base nos artigos 198, 200, inciso I, e seguintes, todos da Lei Complementar Estadual n.°10.098/94, observadas as disposições do Provimento n.º 42/2023 PGJ-RS, a instauração de Sindicância para apurar infrações disciplinares atribuídas a servidor de provimento efetivo do Quadro de Serviços Auxiliares do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, cuja qualificação e fatos constam no expediente SIM. PGEA.00033.000.073/2025, que, em tese, infringiu os deveres previstos nos incisos I, II, III, V e XIII do artigo 177, incorreu na proibição contida no inciso XXIV do artigo 178, bem como incidiu em hipótese amoldável ao disposto no inciso II do artigo 191, todos da Lei Complementar Estadual n.º 10.098/94, sujeitos às penas do artigo 187 do mesmo diploma legal.
- **B**. Designar a servidora **Karla Mata Schultz**, Analista do Ministério Público Direito, ID Funcional n.º 3432130, como **Autoridade Sindicante**, e a servidora **Denise Quim**, Técnico do Ministério Público, ID n.º 3433447, como Secretária, e, caso necessário, qualquer servidor do Ministério Público para atuar como Secretário(a), mediante expressa nomeação nos autos, ora delegada à Autoridade Sindicante.

DÊ-SE CIÊNCIA. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 29 de maio de 2025. ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES.

Diretor-Geral do Ministério Público.

BOLETIM N. 185/2025

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE: REVOGAR

- a contar de 19 de maio de 2025, a Portaria n.º 1977/2024/SUBADM, que designou a servidora MARI TEREZINHA NUNES DA ROSA, ID n.º 3387321, Técnica do Ministério Público, para exercer a função de Secretário-Geral de Direção da Promotoria de Justiça de Santa Maria (PGEA 01522.000.754/2025 Port. 1779/2025/SUBADM).
- a Portaria n.º 1978/2024/SUBADM, que designou a servidora LUCIANA BORGES JACQUES, ID n.º 3449343, Técnica do Ministério Público, para exercer a função de substituto de Secretário-Geral de Direção da Promotoria de Justiça de Santa Maria (PGEA 01522.000.754/2025 Port. 1780/2025/SUBADM).
- a contar de 21 de maio de 2025, a Portaria n.º 0146/2025/SUBADM, que designou a Dra. FERNANDA RAMIRES, ID n.º 4559398, como Diretora das Promotorias de Justiça de São Borja (PGEA nº 00879.000.345/2025 Port. 1782/2025/SUBADM).
- a contar de 21 de maio de 2025, a Portaria n.º 0148/2025/SUBADM, que designou a Dra. LAIS SABOIA SOUTO, ID n.º 4923685, como Diretora Substituta das Promotorias de Justiça de São Borja (PGEA nº 00879.000.345/2025 Port. 1783/2025/SUBADM).

DESIGNAR

- a servidora LUCIANA BORGES JACQUES, ID n.º 3449343, Técnica do Ministério Público, para exercer a função de Secretário-Geral de Direção da Promotoria de Justiça de Santa Maria (PGEA 01522.000.754/2025 Port. 1781/2025/SUBADM).
- no período de 21 de maio a 30 de junho de 2025, ou ulterior deliberação, a Dra. LAIS SABOIA SOUTO, ID n.º 4923685, como Diretora das Promotorias de Justiça de São Borja (PGEA nº 00879.000.345/2025 Port. 1784/2025/SUBADM).





Edição n. 4030

- no período de 21 de maio a 30 de junho de 2025, ou ulterior deliberação, a Dra. JANICE KATHERINE DOS SANTOS BARROS, ID n.º 5032350, como Diretora Substituta das Promotorias de Justiça de São Borja (PGÉA nº 00879.000.345/2025 – Port. 1785/2025/SUBADM).

FXONFRAR

- a contar de 30 de maio de 2025, a servidora NATHALIA DOS SANTOS PORTELLA, ID n.º 5091217, do cargo em comissão de Assessor de Promotor de Justiça III, CC-06, deste Órgão (PGEA 00932.000.569/2025 – Port. 1795/2025/SUBADM).

NOMFAR

- JOÃO PEDRO ZIMERMANN RAHY para exercer o cargo em comissão de Assessor de Promotor de Justiça III, CC-06, deste Órgão (PGEA 00932.000.569/2025 – Port. 1796/2025/SUBADM).

CONSIDERAR

- habilitado para tomar posse, a contar de 29/05/2025, no cargo em comissão de Assessor de Segurança Institucional IV, CC-03, RODRIGO SCHUETT DE SOUZA, tendo entrado em exercício em 29/05/2025.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 30 de maio de 2025.

HERIBERTO ROOS MACIEL,

Procurador de Justiça,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

SÚMULA DE TERMO DE DISPENSA E DE DESIGNAÇÃO DE FISCAIS № 031/2025

O DIRETOR-GERAL da Procuradoria-Geral de Justiça RESOLVE designar a servidora BÁRBARA BRUNETTO BENITES DE MELLO, ID 4727762, a contar da publicação desta súmula, para atuar como Fiscal Técnica Substituta dos seguintes contratos, ficando revogada qualquer designação anterior: Procedimento n.º 02405.000.011/2020 - Contrato n.º 016/2020, Procedimento n.º 02405.000.078/2022 - Contrato n.º 036/2022, Procedimento n.º 02405.000.090/2023 - Contrato n.º 037/2023, Procedimento n.º 02405.000.008/2025 - Contrato n.º 05/2025, Procedimento n.º 02405.000.008/2024 - Contrato n.º 016/2024, Procedimento n.º 02405.000.094 - Contrato n.º 065/2024, Procedimento n.º 02405.000.072/2024 - Contrato n.º 049/2024, Procedimento n.º 02405.000.087/2024 - Ata de Registro de Preços n.º 05/2024, Procedimento n.º 02405.000.085/2024 - Ata de Registro de Preços n.º 06/2024, Procedimento n.º 02405.000.085/2024 - Ata de Registro de Preços n.º 06/2024, Procedimento n.º 02405.000.085/2024 - Ata de Registro de Preços n.º 07/2024, Procedimento n.º 02405.000.012/2024 - Contrato n.º 019/2024 e Procedimento n.º 02405.000.071/2020 - Contrato n.º 052/2020.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre 28 de maio de 2025. ROGERIO DA SILVA MEIRA.

Diretor-Geral, em substituição.

SÚMULA DO TERMO DE ACORDO PARA USO DE VEÍCULO PARTICULAR PGEA 02416.000.076/2025

PARTES: Estado do Rio Grande do Sul, por intermédio da Procuradoria-Geral de Justiça, e o Promotor de Justiça Dr. ANDERSON MARCELO DE ARAUJO, ID 14970341.

OBJETO: permissão de uso de, mediante indenização, do veículo particular placa **SSM0I73**, a ser usado na execução de tarefas e serviços no âmbito da Procuradoria-Geral de Justiça, em conformidade com o Provimento n.º 30/2018.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 20 de maio de 2025.

HERIBERTO ROOS MACIEL,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

SÚMULA DE TERMO DE DISPENSA E DE DESIGNAÇÃO DE FISCAIS E DE GESTORES № 030/2025 PROCEDIMENTO 02405.000.046/2024

O DIRETOR-GERAL da Procuradoria Geral de Justiça RESOLVE designar o servidor GUILHERME LIMAS RAINICHESKI, para atuar como fiscal técnico substituto do contrato nº 064/2024, ficando revogada qualquer designação anterior.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 26 de maio de 2025.

ROGERIO DA SILVA MEIRA,

Diretor-Geral, em substituição.

EDITAL N.º 92/2025 REMOÇÃO DE ANALISTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO - DIREITO

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS faz público que se encontra disponível, na página da Unidade de Registros Funcionais da Divisão de Pessoal (https://www.mprs.mp.br/editais_remocao/), a divulgação da(s) localidade(s) com oferecimento de vaga(s) para provimento mediante remoção, sem ônus para esta Procuradoria-Geral de Justiça.





Edição n. 4030

Os prazos e critérios deste processo de remoção estão regulamentados pelo Provimento 02/2023, publicado no DEMP de 11/1/2023.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 30 de maio de 2025. HERIBERTO ROOS MACIEL.

Procurador de Justiça,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

EDITAL N.º 93/2025 REMOÇÃO DE TÉCNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS faz público que se encontra disponível, na página da Unidade de Registros Funcionais da Divisão de Pessoal (https://www.mprs.mp.br/editais_remocao/), a divulgação da(s) localidade(s) com oferecimento de vaga(s) para provimento mediante remoção, sem ônus para esta Procuradoria-Geral de Justiça.

Os prazos e critérios deste processo de remoção estão regulamentados pelo Provimento 02/2023, publicado no DEMP de 11/01/2023.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 30 de maio de 2025. HERIBERTO ROOS MACIEL.

Procurador de Justiça,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

SÚMULAS DE CONVÊNIOS E INSTRUMENTOS CONGÊNERES PGEA 01411.006.215/2025

TIPO DE INSTRUMENTO: Contrato de Doação OBJETO: O presente contrato de doação tem por objeto a doação Serviço médico composto por 1 (uma) ambulância de suporte avançado (1 médico, 1 enfermeiro e 1 técnico enfermagem/condutor); Serviço médico composto por 1 (uma) ambulância de suporte básico (1 técnico de enfermagem e 1 técnico de enfermagem/condutor); Serviço médico composto por 2 (duas) motos (1 técnico de enfermagem/condutor); 1 (um) técnico de enfermagem para a linha de chegada. CONVENENTE: UNIMED Porto Alegre — Cooperativa Médica LTDA; VALOR DO REPASSE: Não envolve a transferência de recursos financeiros.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 26 de maio de 2025. ISABEL GUARISE BARRIOS

Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.

PROMOTORIAS DE JUSTICA

BOLETIM N. 39/2025/AL - ANPP

De ordem, nos termos do Provimento n. 01/2020-PGJ, ficam cientificados os indiciados, atualmente em lugar incerto e não sabido, sobre:

OFERTA DE ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL

A PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE VIAMÃO cientifica o indiciado <u>ANDRE SANTOS DE MORAES</u>, sobre a proposta de acordo de não persecução penal pelo Ministério Público nos autos do Procedimento Policial n. 550135524520248210001, constante no PA 00932.001.256/2024. Prazo: 10 (dez) dias.

A PROMOTORIA DE JUSTIÇA CRIMINAL DE PASSO FUNDO científica o indiciado <u>DEIVID MARINHO FAÇANHA</u>, sobre a oferta de proposta de acordo de não persecução penal pelo Ministério Público nos autos do Inquérito Policial n. 5036078-77.2023.8.21.0021, constante no PAr.00822.001.743/2024.

Prazo: 05 (cinco) dias.

A PROMOTORIA DE JUSTIÇA CRIMINAL DE PASSO FUNDO científica o indiciado <u>WILLIAN PRESTES RODRIGUES</u>, sobre a oferta de proposta de acordo de não persecução penal pelo Ministério Público nos autos do Inquérito Policial n. 5022245-55.2024.8.21.0021, constante no PAr.00822.003.517/2024.

Prazo: 05 (cinco) dias.

A PROMOTORIA DE JUSTIÇA CRIMINAL DE PASSO FUNDO científica o indiciado <u>ELTON DA SILVA LUIZ</u>, sobre a oferta de proposta de acordo de não persecução penal pelo Ministério Público nos autos do Inquérito Policial n. 503120852.2024.8.21.0021, constante no PAr.00822.005.319/2024.

Prazo: 05 (cinco) dias.

A PROMOTORIA DE JUSTIÇA CRIMINAL DE PASSO FUNDO científica a indiciada RAFAELA MARIA DA SILVA MARCELINO, sobre a oferta de proposta de acordo de não persecução penal pelo Ministério Público nos autos do Inquérito Policial n. 503608569.2023.8.21.0021, constante no PAr.00822.000.531/2024.

Prazo: 05 (cinco) dias.





Edição n. 4030

A PROMOTORIA DE JUSTIÇA CRIMINAL DE ALEGRETE cientifica o indiciado <u>ELDER DOS SANTOS FELIPE</u>, sobre a oferta de proposta de acordo de não persecução penal pelo Ministério Público nos autos do expediente investigatório criminal n.º 5005703-19.2024.8.21.0002, constante no procedimento n.º 00713.002.015/2024.

Prazo: 10 (dez) dias.

A PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE BUTIÁ científica o investigado <u>REGINALDO DE MARINS RIBEIRO</u>, para manifestação do interesse na proposta de ANPP, (considerando que o acusado não foi encontrado para oferecimento do ANPP). **PO. 00938.001.104/2021.**

Prazo: 10 (dez) dias.

A PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SEBERI científica o indiciado <u>FELICIANO BASTO DA SILVA FILHO</u>, sobre a oferta de proposta de acordo de não persecução penal pelo Ministério Público nos autos do Inquérito Policial <u>52.2023.8.21.0133</u>, constante do <u>PAr.00905.000.048/2025</u>.

Prazo: 5 (cinco) dias.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 26 de maio de 2025.

RAQUEL ISOTTON,

Promotora de Justiça, Chefe de Gabinete.

